

INFÂNCIA - JUVENTUDE  
CULTURA - DESPORTO



**Anexo às Demonstrações Financeiras  
Exercício de 2022**



## Índice

1. Identificação da Entidade .....	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1. Bases de Apresentação .....	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5. Ativos Intangíveis .....	11
6. Investimentos Financeiros .....	12
7. Locações .....	12
8. Inventários .....	13
9. Rédito .....	13
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	13
11. Subsídios .....	14
12. Ativos e Passivos Financeiros .....	14
12.1. Caixa e equivalentes de caixa .....	14
12.2. Créditos a receber e outros ativos correntes .....	15
12.3. Financiamentos Obtidos .....	16
12.4. Fornecedores e outros passivos correntes .....	17
13. Gastos com Pessoal e benefícios dos empregados .....	17
14. Diferimentos .....	18
15. Fundos Patrimoniais .....	18
16. Estado e Outros Entes Públicos .....	19
17. Fornecimentos e serviços externos .....	19
18. Outros rendimentos .....	20
19. Outros gastos .....	20
20. Resultados Financeiros .....	20
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	21
22. Acontecimentos após a data do Balanço .....	21



## 1. Identificação da Entidade

---

Designação da Entidade: Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho  
Sede Social: Rua Duque de Terceira 65, Sobralinho  
Natureza da atividade: Atividades de cuidado para crianças, sem alojamento

O Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho é uma instituição particular de Solidariedade Social, com Sede na Rua Duque da Terceira, nº 71 e Sector de Infância na mesma rua nº 55 no Sobralinho.

Atualmente conta com cerca de 2.000 associados e 500 utentes que se distribuem pela Resposta Social de Creche, Pré – Escolar, A.T.L., Centro de Jovens e Apoio Domiciliário, dando resposta às necessidades da vila como às localidades da freguesia onde se insere e das adjacentes. O Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, tem como finalidade, contribuir para a elevação do nível de vida da população local, nos seus aspetos sociais, económicos, culturais e sanitários.

Dependendo organicamente do Instituto de Solidariedade Social de Lisboa e Vale do Tejo a Instituição desenvolve atividades vocacionadas para Apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio e integração social e comunitária, apoio a idosos, desporto, recreio e cultura.

No sector da infância o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho tem como objetivo: proporcionar experiências e oportunidades para o desenvolvimento harmonioso da criança, no domínio afetivo-social, psicomotor e intelectual, em estreita colaboração com o meio de inserção da criança na família e na comunidade.

No sector de apoio ao idoso o Centro Social tem como objetivo proteger as situações de invalidez, de falta ou diminuição dos meios de subsistências ou de incapacidade para o trabalho.

No sector Cultura e Desporto, Sede com bar e sala de convívio, promovemos, espetáculos de teatro, de música, exposições, e mantemos em atividade, Futsal (nas instalações do pavilhão municipal do Sobralinho), Natação, Zumba Kids, Karaté kids, Ballet e também Formação Profissional.

O ano de 2022 foi marcado pela retoma progressiva da atividade normal do CSPDS, fortemente afetado pela situação pandémica em que o país se encontrava.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com a redação atual do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.



Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do regime da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que as mesmas devem transmitir.

As demonstrações financeiras de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com as demonstrações financeiras de 2021.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (especialização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



#### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada



na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os inventários são reconhecidos como gastos, pelo método FIFO, à medida que vão sendo consumidos, no mesmo período em que o crédito é reconhecido.

### 3.2.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto no normativo contabilístico - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas pela totalidade, sempre que exista um risco evidente de não cobrança, sendo registadas por contrapartida de resultados e subseqüentemente revertidas, também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



## Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2022

### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidas pelo seu valor nominal.

### Investimentos financeiros

A Instituição mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os investimentos financeiros com maturidade definida e em que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante toda a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os demais investimentos financeiros são mensurados ao justo valor, por contrapartida de resultados. Nestes casos, os custos de transação não são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro.

### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram -se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A



reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente: (i) existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (ii) é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; (iii) pode ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletirem as melhores estimativas a essa data.

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, procedendo-se à sua divulgação quando seja provável que uma entrada ou saída de recursos económicos se verifique no futuro.

#### **3.2.7. Financiamentos Obtidos**

##### Financiamentos obtidos

Os "*Financiamentos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses financiamentos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".





### 3.2.8. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A Entidade presta serviços de carácter continuado, os quais, normalmente, fatura no próprio mês em que os serviços são prestados, procedendo ao reconhecimento do rédito na mesma data.

### 3.2.9. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos pelo justo valor recebido ou a receber; neste caso, aquando da aprovação da sua concessão pelos organismos concedentes.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período de execução do contrato/programa, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática proporcional às depreciações e amortizações dos bens a que se referem.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

### 3.2.10. Imposto sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo do artº 10º do Código do IRC.

### 3.2.11. Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, complementos por isenção de horário de trabalho, subsídios de férias, de Natal e de condução, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são também incluídas as contribuições para a Segurança Social, calculadas de acordo com a incidência contributiva prevista na legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo a cada ano civil vence-se no dia 1 de Janeiro do ano imediato, pelo que, as férias e subsídios de férias referentes ao período de reporte, somente são pagos no período seguinte. Assim, os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



#### 4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras	Total
<b>1 de Janeiro de 2021</b>							
Custo de aquisição	72 321,20	898 712,55	403 250,60	513 994,38	159 518,39	24 728,75	2 072 525,87
Depreciações acumuladas	-	(847 218,87)	(349 868,30)	(409 432,79)	(154 149,66)	(22 897,52)	(1 783 567,14)
<b>Valor líquido</b>	<b>72 321,20</b>	<b>51 493,68</b>	<b>53 382,30</b>	<b>104 561,59</b>	<b>5 368,73</b>	<b>1 831,23</b>	<b>288 958,73</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>							
Adições	-	-	9 271,10	-	3 760,08	-	13 031,18
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(8 625,18)	(10 467,34)	(14 747,31)	(1 540,79)	(331,87)	(35 712,49)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>72 321,20</b>	<b>42 868,50</b>	<b>52 186,06</b>	<b>89 814,28</b>	<b>7 588,02</b>	<b>1 499,36</b>	<b>266 277,42</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>							
Custo de aquisição	72 321,20	898 712,55	412 521,70	513 994,38	163 278,47	24 728,75	2 085 557,05
Depreciações acumuladas	-	(855 844,05)	(360 335,64)	(424 180,10)	(155 690,45)	(23 229,39)	(1 819 279,63)
<b>Valor líquido</b>	<b>72 321,20</b>	<b>42 868,50</b>	<b>52 186,06</b>	<b>89 814,28</b>	<b>7 588,02</b>	<b>1 499,36</b>	<b>266 277,42</b>

As adições de ativos fixos tangíveis durante o exercício de 2022 correspondem aos seguintes bens:

100 Cadeiras (sede) + 15 Cadeiras (sala reuniões)	9 271,10
Relógio de Ponto	3 760,08
	<b>13 031,18</b>



## 5. Ativos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, foram os seguintes:

	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2021</b>		
Custo de aquisição	57 772,14	57 772,14
Amortizações acumuladas	(57 772,14)	(57 772,14)
<b>Valor líquido</b>	-	-
<b>31 de Dezembro de 2021</b>		
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	-	-
Amortização - alienações	-	-
Amortização - transf. e abates	-	-
<b>Valor líquido</b>	-	-
<b>31 de Dezembro de 2022</b>		
Custo de aquisição	57 772,14	57 772,14
Amortizações acumuladas	(57 772,14)	(57 772,14)
<b>Valor líquido</b>	-	-



## 6. Investimentos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos valores dos investimentos financeiros foram os seguintes:

	Fundo de Compensação do Trabalho	Outros Investimento	Investimentos em subsidiárias	Total
<b>1 de Janeiro de 2021</b>				
Valor investimento	9 009,19	1 000,00	-	10 009,19
Imparidades	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>9 009,19</b>	<b>1 000,00</b>	-	<b>10 009,19</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>				
Aquisições	2 794,35	-	-	2 794,35
Alienações	(445,38)	-	-	(445,38)
Imparidades	-	-	-	-
Valor líquido	11 358,16	1 000,00	-	12 358,16
<b>31 de Dezembro de 2022</b>				
Custo de aquisição	11 358,16	1 000,00	-	12 358,16
Imparidades	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>11 358,16</b>	<b>1 000,00</b>	-	<b>12 358,16</b>

As adições de investimentos durante o exercício de 2022 correspondem às contribuições obrigatórias para o Fundo de Compensação do Trabalho.

As alienações correspondem aos pedidos de restituição do respetivo Fundo.

## 7. Locações

A Entidade a 31 de dezembro de 2022 não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

## 8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o custo das matérias consumidas foram determinados como segue:

	<b>Materias Primas, Sub. e Consumo</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Existências Iniciais	4 069,74	7 355,74
Compras	364 439,09	252 532,09
Regularizações de Existências	-	-
Existências Finais	(6 346,23)	(4 069,74)
<b>Custo do Exercício</b>	<b>362 162,60</b>	<b>255 818,09</b>

Nos inventários da Instituição constam unicamente géneros alimentícios, utilizados na confeção de refeições para os utentes.

## 9. Rédito

O rédito das vendas e das prestações de serviços é mensurado ao justo valor. Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Mensalidades dos Utentes</i>	694 386,70	637 136,67
<i>Outras Quotas e Joias de Associados</i>	14 095,06	15 056,02
<i>Outros Serviços</i>	311 722,19	189 316,05
<b>Total Prestações de Serviços</b>	<b>1 020 203,95</b>	<b>841 508,74</b>

## 10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período findo a 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidas provisões, nem se deteta a existência de quaisquer passivos contingentes ou ativos contingentes passíveis de divulgação.



## 11. Subsídios

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade reconheceu os seguintes valores nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

	2022	2021
Subsídios da Segurança Social	1 280 368,18	1 215 259,03
Outras Entidades	278 673,49	302 738,45
<i>Total de Subsídios</i>	<b>1 559 041,67</b>	<b>1 517 997,48</b>

Os subsídios recebidos da segurança social são relativos às transferências ocorridas durante o exercício por parte da Segurança Social como compensação pela prestação de serviços de carácter social de acordo com os acordos quadro.

Os subsídios recebidos das outras entidades são na sua quase totalidade, donativos obtidos das Autarquias para o regular funcionamento da instituição.

No período findo a 31 de dezembro de 2022 foi ainda reconhecido em subsídios ao investimento, na conta 596, o montante de 17.500,00 euros, relativo ao valor recebido para a aquisição de uma viatura elétrica, atribuído pela Segurança Social. De referir que, a aquisição ainda não se concretizou, por insuficiência de stock por parte do fornecedor.

## 12. Ativos e Passivos Financeiros

### 12.1. Caixa e equivalentes de caixa

Decomposição das contas de Meios Financeiros Líquidos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022	2021
Caixa	6 524,34	8 184,44
Depósitos à Ordem	193 770,32	64 518,60
Depósitos a Prazo	159 040,66	159 037,71
<i>Total de caixa e equivalentes de caixa</i>	<b>359 335,32</b>	<b>231 740,75</b>

Todos os depósitos são mobilizáveis no curto prazo apresentando-se como ativos correntes.

## 12.2. Créditos a receber e outros ativos correntes

Decomposição das contas de Utentes a 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Utentes - Mensalidades	16 840,13	47 931,74	64 771,87	7 553,76	174 171,71	181 725,47
Utentes - Quotas	-	-	-	-	-	-
Utentes - Outros	-	-	-	-	-	-
	<u>16 840,13</u>	<u>47 931,74</u>	<u>64 771,87</u>	<u>7 553,76</u>	<u>174 171,71</u>	<u>181 725,47</u>
Ajustamento Utentes		(47 931,74)	(47 931,74)		(174 171,71)	(174 171,71)
<b>Total Clientes</b>	<b>16 840,13</b>	<b>-</b>	<b>16 840,13</b>	<b>7 553,76</b>	<b>-</b>	<b>7 553,76</b>

A entidade no final do exercício procedeu à avaliação dos seus ativos, conducente à verificação de qualquer indício de que algum ativo possa estar com imparidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo não corrente, ocorrendo os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo corrente:

	2022	2021
A 1 de Janeiro	174 171,71	165 323,27
Aumentos	4 218,24	9 821,88
Utilizações	-	-
Reduções	(130 458,21)	(973,44)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>47 931,74</b>	<b>174 171,71</b>

Apesar de todos os esforços, verificando a impossibilidade de recuperar as dívidas mais antigas e considerando a incobrável da maioria delas, com respetiva imparidade reconhecida, ainda que com alguma prudência, considerou-se incobráveis todas as dívidas acumulada há mais de 5 anos, procedendo-se ao desreconhecer das mesmas, num valor global de 130.458,21€.

No mesmo sentido, na impossibilidade de executar os planos de pagamento existentes, procedeu-se também ao desreconhecimento dos mesmos.

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	133 812,27	146 862,90
Outros Devedores	15 112,33	8 953,39
	<u>148 924,60</u>	<u>155 816,29</u>



### 12.3. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 7684	12 381,93	12 200,28
Empréstimo Bancário 1730	5 399,10	5 371,59
Empréstimo Bancário 4878	1 896,84	1 902,93
	<u>19 677,87</u>	<u>19 474,80</u>
<i>Não Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 7684	19 777,72	32 149,16
Empréstimo Bancário 1730	13 245,92	18 612,05
Empréstimo Bancário 4878	5 052,64	6 949,48
	<u>38 076,28</u>	<u>57 710,69</u>
<b>Total financiamentos</b>	<b>57 754,15</b>	<b>77 185,49</b>

	<b>1 ano</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>mais 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimo Bancário 7684	12 381,93	19 777,72	-	32 159,65
Empréstimo Bancário 1730	5 399,10	13 245,92	-	18 645,02
Empréstimo Bancário 4878	1 896,84	5 052,64	-	6 949,48
	<u>19 677,87</u>	<u>38 076,28</u>	-	<u>57 754,15</u>

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	<b>Taxa de Juro Média</b>
Empréstimo Bancário 7684	4,7370%
Empréstimo Bancário 1730	5,5300%
Empréstimo Bancário 4878	7,4350%





#### 12.4. Fornecedores e outros passivos correntes

A rubrica "Fornecedores e *outros passivos correntes*" desdobra-se da seguinte forma:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>						
Fornecedores gerais	-	-	-	-	-	-
<b>Pessoal</b>	1 433,89	-	1 433,89	2 344,78	-	2 344,78
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	143,00	-	143,00	-	-	-
<b>Acréscimos de gastos</b>						
Credores por acréscimos de gastos	268 230,43	-	268 230,43	229 543,51	-	229 543,51
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>269 807,32</b>	-	<b>269 807,32</b>	<b>231 888,29</b>	-	<b>231 888,29</b>

A rubrica de credores por acréscimos de gastos respeita ao acréscimo efetuado relativo ao vencimento do mês de férias e subsídio de férias (incluindo a respetiva Segurança Social da entidade patronal) dos trabalhadores da instituição, a gozar no ano seguinte mas que dizem respeito ao ano corrente em que o direito é adquirido e outros acréscimos de gastos relacionados com Fornecimentos e Serviços Externos consumidos em 2022, mas só pagos em 2023.

#### 13. Gastos com Pessoal e benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021 manteve-se inalterado. Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os seus estatutos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2022 foi de 101 e em 31 de dezembro de 2021 foi de 103.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2022	2021
Remunerações Orgãos Sociais	-	-
Remunerações Pessoal	1 287 168,19	1 273 728,55
Compensações	775,50	1 047,61
Encargos sobre remunerações	278 033,90	264 272,91
Seguros de Acidentes de Trabalhos e Doenças Profissionais	31 155,04	24 464,43
Outros Gastos	27 530,19	16 143,82
<b>Total dos Gastos com Pessoal</b>	<b>1 624 662,82</b>	<b>1 579 657,32</b>



#### 14. Diferimentos

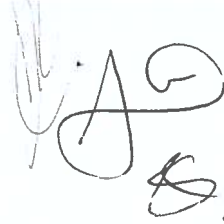
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	2022	2021
<i>Gastos a Reconhecer</i>		
- Seguros	6 081,61	4 859,69
- Outros Gastos a Reconhecer	1 740,74	1 916,83
	<b>7 822,35</b>	<b>6 776,52</b>

#### 15. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2021	90 323,01	190 109,96		-15 087,87	265 345,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-15 087,87		15 087,87	0,00
	-	-15 087,87		15 087,87	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				27 187,22	27 187,22
RESULTADO EXTENSIVO				42 275,09	27 187,22
	-	-		-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2021	90 323,01	175 022,09		27 187,22	292 532,32
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2022	90 323,01	175 022,09		27 187,22	292 532,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		27 187,22	17 500,00	-27 187,22	17 500,00
	-	27 187,22	17 500,00	-27 187,22	17 500,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				22 737,76	22 737,76
RESULTADO EXTENSIVO				-4 449,46	40 237,76
	-	-		-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2022	90 323,01	202 209,31	17 500,00	22 737,76	332 770,08



## 16. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
- IVA a restituir	6 135,91	10 561,99
	<b>6 135,91</b>	<b>10 561,99</b>
<b>Passivo</b>		
- Retenções IRS	8 694,92	15 536,26
- IVA a pagar	11 677,13	12 162,26
- Segurança Social	31 108,93	55 505,87
	<b>51 480,98</b>	<b>83 204,39</b>

## 17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	2022	2021
6221 Serviços Especializados	24 553,95	24 953,38
6222 Publicidade e Propaganda	2 328,46	4 725,92
6223 Vigilância e Segurança	6 701,94	3 350,80
6224 Honorários	154 730,27	147 868,44
6226 Conservação e reparação	112 779,40	127 657,89
6227 Serviços Bancários	5 854,00	5 502,85
6231 Ferram.utens.desg.rap.	26 176,27	12 598,71
6233 Material Escritório	3 971,50	3 818,99
62381 Material Didactico	22 193,98	3 763,98
6241 Electricidade	36 605,10	27 475,95
62421 Combustiveis	19 946,60	13 455,60
62423 Gas	10 120,64	5 509,88
6243 Agua	8 425,91	8 157,25
6251 Deslocações Estadas	511,57	398,10
6261 Rendas e alugueres	22 039,36	7 555,49
6262 Despesas comunicação	11 664,59	11 053,32
6263 Seguros	21 183,23	19 514,39
6265 Contencioso e notariado	170,82	1 633,99
6266 Despesas de Representação	1 601,20	397,25
6267 Limpeza,Hig.e Conforto	45 973,35	33 175,38
6268 Outros Serviços	42 281,20	28 712,58
<b>Total dos Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>579 813,34</b>	<b>491 280,14</b>



## 18. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2022	2021
Rendimentos Suplementares	44 735,76	49 224,43
Descontos de pronto pagamento obtidos	33,70	-
Rendimentos e Ganhos em investimentos financeiros	35,07	-
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	25 139,93	14 834,43
	<b>69 944,46</b>	<b>64 058,86</b>

## 19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2022	2021
Impostos	186,66	1 776,96
Outros Gastos e Perdas	16 938,14	19 682,42
	<b>17 124,80</b>	<b>21 459,38</b>

## 20. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2022	2021
<i>Juros e gastos similares suportados</i>		
- Juros Suportados	2 789,95	2 514,15
	<b>2 789,95</b>	<b>2 514,15</b>
<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>		
- Juros obtidos	31,92	10,11
- Dividendos obtidos	-	-
	31,92	10,11
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(2 758,03)</b>	<b>(2 504,04)</b>

## 21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 22. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 07 de março de 2023.

Sobralinho, 9 de março de 2023

A Direção

O Contabilista Certificado

